



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL  
R. Desembargador Leão Neto do Carmo, 23 - Bairro Parque dos Poderes - CEP 79037-100 - Campo Grande - MS

## MINUTA

TRE/MS

Termo Contratual nº xx/2019

Livro nº 2 – Fl. xx

Data: xx/xx/2019

*ANEXO XII – Contrato de prestação de serviços de engenharia, decorrente da Tomada de Preços nº 02/2019, que entre si celebram a União, por intermédio do Tribunal Regional Eleitoral/MS e a empresa XXXXX.*

*Pelo presente instrumento a União, por intermédio do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL, CNPJ. n. 03.883.929/0001-02, situado na Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 23, Jardim Veraneio, na Cidade de Campo Grande/MS, CEP 79037-100, representado neste ato por seu Diretor-Geral, Hardy Waldschmidt, brasileiro, servidor público federal, casado, portador da C.I n. 209.177 SSP/MS e do CPF n. 352.902.001-00, residente em Campo Grande-MS, doravante denominado **Contratante**, e a empresa XXXXXXXX, inscrita no CNPJ n. xxxxxxxxxxxx, estabelecida na Rua xxxxx, n. xxxx, , e-mail: [xxxxxxx](#), Bairro xxxxxxxxxxxx, na cidade de Campo Grande/MS, CEP xxxxxxxx, Telefone/fax: (xx) xxxxxxxx, e-mail: [xxxxx@xxx.xxx](#), representada neste ato pelo Sr. xxxxxxxxxxxxxxxx, xxxxxxxxxxxx, portador da Carteira de Identidade n. xxxxx SSP/MS, CPF n. xxxxxx, doravante denominado **Contratado**, resolvem celebrar o presente termo de contrato, vinculado ao Edital de Tomada de Preços nº 02/2019 e seus anexos, Processo Administrativo SEI 0000077-62.2019.6.12.8000, regendo-se pela legislação vigente e, principalmente, pelas disposições da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações posteriores, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:*

### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

**1.1.** O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de engenharia para execução do remanescente de obra para construção do prédio que abrigará o **Cartório da 3ª Zona Eleitoral**, no Município de **Cassilândia/MS**, pertencente à estrutura do **Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul**.

**1.2.** O endereço onde será edificada a obra é Rua Juvenal Rezende e Silva esquina com Rua Olímpio Dias dos Santos, composto pela fusão dos Lotes 01, 04 e 28 da Quadra "F", Loteamento Alto Izanópolis, Cassilândia, MS.

**1.3.** A área do terreno é de 900,00 m<sup>2</sup> e a área construída será de 224,14 m<sup>2</sup> (duzentos e vinte e quatro vírgula quatorze metros quadrados).

**1.4.** A execução dos serviços será indireta, pelo regime de empreitada por preço global, compreendendo a execução, das seguintes etapas:

- a) Administração Local da Obra,
- b) Serviços Preliminares,
- c) Fundações, Infra-Estrutura (Blocos/Arranques/Pilares),
- d) Infra-Estrutura (Vigas Baldrames),
- e) Estrutura,
- f) Alvenaria,
- g) Impermeabilização,
- h) Esquadrias de Madeira,
- i) Esquadrias de Ferro,
- j) Esquadrias de Alumínio Anodizado Natural,
- k) Esquadrias de Vidro,
- l) Revestimento de Paredes Internas,
- m) Revestimento de Paredes Externas,
- n) Revestimento de Teto,
- o) Pisos Internos,
- p) Pisos Externos,
- q) Passeio Público,
- r) Pinturas,
- s) Casa de Gás,
- t) Instalações Hidráulicas,
- u) Instalações de Esgoto,
- v) Instalações de Águas Pluviais,
- w) Louças e Metais,
- x) Instalações Elétricas,
- y) Padrão Trifásico,
- z) Ar Condicionado e Exaustão,
- aa) Equipamento de Acessibilidade
- bb) Muro/Rampas e Complementos,
- cc) Cercamento Gradil;
- dd) Prevenção e Combate a Incêndio e
- ee) Limpeza Final da Obra.

**1.5.** A contratada poderá subcontratar serviços, desde que representem no, máximo 40% (quarenta por cento), do valor total da contratação, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais decorrentes desta atividade.

**1.5.1.** A subcontratação deverá ser solicitada previamente à Fiscalização, que se entender ser pertinente, submeterá à apreciação superior, desde que a empresa subcontratada demonstre sua regularidade fiscal e previdenciária.

**1.6.** A discriminação detalhada dos Serviços da Obra, bem como a relação de serviços e suas quantidades, não só dos principais serviços enumerados acima, mas de todos os serviços, estão dispostos no Projeto Básico (Anexo – I) e seus anexos, principalmente na Planilha de Orçamento Global da Obra, que acompanham este termo contratual.

**1.7.** Fazem parte integrante do presente Contrato, independente de transcrição, não podendo o contratado alegar desconhecimento, os seguintes documentos:

- a) ANEXO I – Projeto Básico da obra;
- b) ANEXO II – Planilha de quantificação e orçamento global da obra;
- c) ANEXO III – Projetos Executivos;
- d) ANEXO IV – Ensaio de Sondagem do Terreno;
- e) ANEXO V – Modelo de Cronograma Físico-Financeiro da Obra;
- f) ANEXO VI – Modelo de Demonstrativo de Composição do BDI
- g) ANEXO VII – Memorial Executivo;
- h) ANEXO VIII – Curva ABC de Insumos e Serviços;
- i) ANEXO IX – Composição de Preços Unitários dos serviços;
- j) Edital de Tomada de Preços nº 02/2019 e seus anexos;
- k) Todos os elementos que formam a Proposta da Contratada, desde que não conflitem com nenhum dos documentos anteriores, bem como este instrumento contratual.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO**

**2.1.** A obra e os serviços deverão ser executados rigorosamente de acordo com os Projetos de Arquitetura e Engenharia, especificações e demais elementos técnicos relacionados no Projeto Básico, seus Anexos e no Edital de Tomada de Preços nº 02/2019 e seus Anexos.

**2.2.** Todos os materiais a serem empregados na obra e especificados no Projeto Básico e seus Anexos deverão ser fornecidos pela Contratada que assumirá todos os custos de aquisição.

**2.3.** O fornecimento dos materiais deverá ocorrer em tempo hábil com relação ao emprego dos mesmos na obra, não podendo a Contratada solicitar prorrogações de prazos de execução dos serviços por conta de fornecimento deficiente de materiais ou atraso no mesmo, uma vez que faz parte da boa gestão administrativa da empresa, a política de prazos e condições de entrega junto a seus fornecedores, bem como a escolha dos mesmos.

**2.4.** A contratada deverá, em qualquer fase dos serviços, e sem prejuízo do seu bom andamento, recuperar possíveis atrasos porventura ocorridos no transcurso de sua execução, de maneira a não extrapolar o prazo final de entrega da mesma.

## CLÁUSULA TERCEIRA – DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS

**3.1.** As despesas decorrentes do objeto desta contratação serão custeadas com recursos aprovados pela Lei nº 13.808/2019, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro 2019 (LOA), Unidade 14112 – TRE-MS, Ação: XXXX – Construção do Cartório Eleitoral no Município de Cassilândia, Programa de Trabalho: XXXXXXXXXXXX e Ação: 20GP – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa, Programa de Trabalho: 02.122.0570.20GP.0054. Elemento de Despesa: 44.90.51 – Obras e Instalações

## CLÁUSULA QUARTA - DOS PRAZOS

**4.1.** A contratada deverá providenciar, **no prazo máximo de 30 dias após assinatura do Termo Contratual**, a seguinte documentação:

- a) Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) dos responsáveis técnicos pela execução, recolhidas junto ao CREA/MS ou CAU/MS;
- b) Alvará de Construção, emitido pela Prefeitura Municipal;
- c) Certificado de Matrícula no Cadastro Específico do INSS (CEI);
- d) Placa da obra instalada no canteiro.

**4.1.1.** Após a entrega de toda documentação relacionada no item anterior, a Fiscalização o TRE/MS emitirá a Ordem de Serviço para início da execução da obra.

**4.2.** Os prazos relativos à execução dos serviços são os seguintes:

**a) Prazo para início da obra:** 15 (quinze) dias a partir do recebimento da Ordem de Serviço expedida pela Coordenadoria de Engenharia (COENG) ou Assessoria de Obras e Projetos (AOP);

**b) Prazo de execução:** 270 (duzentos e setenta) dias contados da data efetiva do início da execução, devidamente registrado no Diário de Obras;

**b.1)** A data de término da obra será considerado no dia da comunicação da contratada informando a finalização do serviço, constatado pela Fiscalização em vistoria para recebimento provisório;

**b.2)** Caso a fiscalização verifique haverem serviços pendentes após a informação que trata a alínea anterior, a contratada será notificada para executar as atividades restantes e providenciar nova comunicação de término, a ser considerada efetivamente como data da conclusão.

**d) Prazo para a fiscalização vistoriar e, se for o caso, receber a obra provisoriamente:** 10 (dez) dias, contados do recebimento da comunicação de conclusão da obra;

**d.1)** Para o Recebimento Provisório deverão estar sanadas todas as pendências relacionadas à execução dos serviços.

**d.2)** Havendo qualquer tipo de pendência, o prazo se interrompe, voltando a ser contado apenas após a devida regularização, assim atestada pela Fiscalização;

**d.3)** A estipulação do prazo para regularização da pendência ficará a cargo da Fiscalização da obra, consoante a complexidade da solução que deva ser adotada.

**e) Prazo para o TRE/MS, através de servidor ou comissão designada, receber os serviços definitivamente:** 90 (noventa) dias, contados a partir do recebimento provisório dos serviços.

**f) Prazo de garantia da obra:** 5 (cinco) anos, a contar do recebimento definitivo da obra, consoante disposto nos art. 618 da Lei nº 10.406/2002 (Código Civil) c/c o art. 69 da Lei nº 8.666/93 e art. 12 e 26, inciso II da Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor);

**f.1)** Deverão ser garantidos os requisitos mínimos de desempenho dos sistemas construtivos determinados na NBR 15.575/2013 - Desempenho de edificações habitacionais, Parte 01 à Parte 06.

**g) Prazo de vigência do contrato:** 24 (vinte e quatro) meses, contados da assinatura deste Termo, podendo ser encerrado por resolução, caso o objeto seja totalmente concluído antes do prazo previsto.

**4.2.** As prorrogações de prazos, de início, de conclusão e entrega da obra, poderão ser deferidas por autoridade competente do Tribunal Eleitoral, desde que ocorra algum dos motivos arrolados no § 1º do artigo 57 da Lei 8.666/93.

**4.3.** Os atrasos na execução dos serviços, tanto nos prazos parciais como nos prazos de início e de conclusão, serão passíveis de penalidades, salvo determinação contrária da Administração, analisando cada caso específico.

**4.4** Não serão computados nos prazos contratuais os dias de chuvas fortes ou de calamidade pública, impeditivos à execução da obra, devidamente comprovados e abonados pela Fiscalização e registrados no Livro Diário.

**4.5.** O período em que o Contratante der causa para que os trabalhos da Contratada fiquem paralisados, ainda que parcialmente, deverão ser objeto de análise da fiscalização, a quem incumbirá definir qual o impacto da paralisação no bom andamento dos trabalhos e no cumprimento do prazo da obra, apontando ao final qual o número de dias que deverá ser dado à Contratada a título de reposição.

## **CLÁUSULA QUINTA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

**5.1.** Como condição indispensável à execução do Contrato, a Contratada prestará a garantia em favor do Tribunal Regional Eleitoral, no montante correspondente a **5% (cinco por cento) do valor atualizado total deste contrato**.

**5.1.1.** Caso seja apontado pela Comissão Permanente de Licitação que a proposta vencedora enquadra-se na hipótese prevista no § 2º do art. 48 da Lei nº 8666/93, a contratada fica obrigada a apresentar garantia adicional.

**5.1.2.** A empresa poderá optar por uma das seguintes modalidades de garantia.

**a) Caução em dinheiro:** o valor será depositado em conta-caução, na Caixa Econômica Federal, conforme disciplinado pelo Decreto-Lei n.1.737/1979.

**b) Títulos da dívida pública:** somente será aceita sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e

avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

**b) Seguro-Garantia:** dar-se-á mediante entrega da competente apólice emitida por entidade em funcionamento no país, legalmente autorizada, em favor exclusivamente do Tribunal Regional Eleitoral de MS, fazendo referência ao objeto do Contrato e à Licitação.

**c) Fiança Bancária:** A garantia somente será aceita se constar todos os requisitos abaixo indicados:

**c.1)** Comprometimento da instituição financeira de que atenderá em 72 (setenta e duas) horas, até o valor da garantia, as requisições de pagamento, multas e outras verbas previstas na licitação e/ou contrato formulados pelo Tribunal Eleitoral/MS e legalmente exigíveis.

**c.2)** Declaração da instituição bancária de que renuncia expressamente aos benefícios previstos no artigo 827 da Lei 10.406 (Código Civil).

**5.2. A CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE, garantia em qualquer uma das modalidades acima descritas, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado da data de envio do contrato assinado registrado no sistema SEI e deverá ter validade até o término da vigência contratual, sob pena de multa prevista na cláusula décima sétima.**

**5.2.1.** A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,01% do valor total do contrato, por dia de atraso, até o máximo de 0,3%, que representa 30 (trinta) dias..

**5.2.2.** O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a retenção dos pagamentos devidos à contratada, até o limite de 5% do valor total do contrato a título de garantia, a serem depositados junto à Caixa Econômica Federal, com correção monetária, em favor da contratada.

**5.2.2.1.** A CONTRATADA, a qualquer tempo, poderá substituir o bloqueio efetuado no subitem 5.2.2., por quaisquer das modalidades previstas neste Capítulo.

**5.2.2.2.** O valor da multa moratória decorrente do atraso da entrega da garantia poderá ser glosado de pagamentos devidos à CONTRATADA.

**5.2.2.3.** O bloqueio efetuado com base no subitem 5.2.2. não gera direito a nenhum tipo de compensação financeira à CONTRATADA;

**5.2.3.** Caso a contratada deixe de apresentar definitivamente a garantia, fica sujeita a rescisão contratual, passível de aplicação da penalidade prevista na Cláusula Décima Sétima.

**5.2.4.** Sempre que houver acréscimo de valores, prorrogação da vigência do contrato, ou utilização de valor, a garantia deverá ser proporcionalmente atualizada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado da data da assinatura do termo ou da comunicação de execução da garantia contratual.

**5.2.5. Feita a opção por uma das modalidades NÃO será admitida a adoção concomitante de outra modalidade de garantia pela CONTRATADA.**

**5.3.** Somente poderá ser efetivado pagamento mediante a apresentação da garantia, sob pena de não se iniciar o prazo de 7 (sete) dias úteis para pagamento.

**5.4.** A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- a) prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b) prejuízos diretos causados decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- c) as multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

d) obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não honradas pela contratada.

**5.4.1** Não serão aceitas garantias em cujos termos não constem expressamente os eventos indicados nas alíneas “a” a “d” do item 5.4.

**5.4.2** A garantia será executada na sua totalidade se os prejuízos sofridos por este Tribunal forem iguais ou superiores ao valor assegurado; se os prejuízos quantificados pelo TRE/MS forem menores que o valor da garantia, será executado somente aquele valor.

**5.5.** A garantia prestada pela contratada será liberada ou restituída após a execução completa do contrato, caso não haja sido utilizada nos termos do item 5.4 desta Cláusula, incluindo a comprovação do pagamento de todas as obrigações trabalhistas referente à mão de obra utilizada.

**5.5.1.** Ao final do contrato, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas diretamente pela Administração.

**5.6.** Será considerada extinta a garantia:

a) com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;

b) no prazo de 90 (noventa) após o término da vigência, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros.

**5.7.** O CONTRATANTE não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

a) caso fortuito ou força maior;

b) alteração, sem prévia anuência da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;

c) descumprimento das obrigações pelo contratado decorrentes de atos ou fatos praticados pela Administração;

d) atos ilícitos dolosos praticados por servidores da Administração.

**5.8.** Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as previstas no item 5.7.

**5.9.** Quando da abertura de processos para eventual aplicação de penalidade, a seguradora e/ou a fiadora será notificada das comunicações de solicitação de defesa prévia à CONTRATADA e das decisões finais de 1ª e última instância administrativa.

## **CLÁUSULA SEXTA - DO VALOR**

**6.1.** Considera-se a empresa contratada como altamente especializada na obra e serviços ora licitados e, por conseguinte, deverá incluir no valor global de sua proposta, as complementações, omissões, falhas ou incorreções e acessórios que por acaso forem detectados nos Projetos, mas implícitos e necessários à perfeita realização do objeto.

**6.2.** O valor do presente Contrato, para a execução de todos os serviços indicados no objeto contratual é de **R\$ xxxxxxxx (xxxxxxxxxx)**, sendo pagos conforme o Cronograma Físico-financeiro apresentado pela Contratada.

## **CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE**

**7.1.** De acordo com o §1º, do art. 2º, da Lei 10.192/2001, não haverá reajustamento ou correção monetária de periodicidade inferior a um ano.

**7.1.1.** No caso da não conclusão do objeto dentro do prazo da vigência do contrato, a contratada deverá requerer o reajuste, com base no Índice Nacional de Custo da Construção – INCC/FGV ou outro índice oficial que venho substituí-lo, observando o interregno mínimo de doze meses, a contar da data de apresentação da proposta ou da data do último reajuste, conforme previsão do § 1º do art. 28 da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995.

**7.1.2.** No caso de prorrogação do contrato, sem que a contratada solicite o reajuste de forma tempestiva, ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste em relação ao período referente ao último aniversário da proposta.

**7.1.3.** Fica ressalvada a concessão do reajuste após a prorrogação da avença, com efeitos financeiros retroativos, a solicitação de reajuste pela contratada embasada nos itens que seguem:

- a) Quando o índice que servir de base para o reajuste não tiver sido divulgado;
- b) Quando a divulgação do índice for limítrofe à data de vencimento da vigência, vindo a prejudicar a prorrogação contratual;
- c) Na ocorrência de situação em que a contratada, comprovadamente, não tiver dado causa para que a solicitação de reajuste não tenha sido feita no prazo estabelecido ou que haja interesse da contratante.

## **CLÁUSULA OITAVA - DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO**

**8.1.** Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, será utilizada, como fator de revisão contratual, a diferença em percentual entre o valor do custo unitário básico do SINAPI do mês de apresentação da proposta e o custo unitário básico do mês da realização da revisão.

**8.2.** Quaisquer tributos ou encargos criados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridos após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

## **CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

**9.1.** O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos casos especificados no artigo 65, da Lei 8.666/93.



**9.2.** Erros ou omissões no orçamento relativos a pequenas variações quantitativas de até 2% do total da contratação, pelo fato de o objeto ter sido contratado por "preço certo e total", não ensejarão o aditamento do contrato.

**9.3.** Caso haja necessidade de alteração contratual, os valores serão calculados da seguinte forma:

**9.3.1.** Para itens que já constem do Contrato, os valores corresponderão àqueles já contratados, desde que mantenham a diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência, conforme art. 14 do Decreto 7.983/2013;

**9.3.2.** Em caso de aditamento contratual que incorra em inclusão de serviços não previstos inicialmente na planilha orçamentária:

a) para os itens existentes no SINAPI, os valores corresponderão àqueles relativos aos das medianas constantes daquele sistema para a região, aplicado sobre esse valor o mesmo desconto global fornecido pela empresa em relação ao orçamento de referência, mantido a diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência, conforme art. 14 do Decreto 7.983/2013;

b) Para itens não constantes do SINAPI, a formação do preço dos aditivos contratuais contará com orçamento específico detalhado em planilhas elaboradas pelo TRE/MS, mantidos os limites do previsto no §1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e mantido a diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência, conforme art. 14 do Decreto 7.983/2013;

c) No caso de inclusão de serviços não previstos inicialmente, será utilizada a incidência da taxa de BDI especificada no orçamento base da licitação, sempre que a taxa de BDI adotada pela contratada for injustificadamente elevada, com vistas a garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e a manutenção do percentual de desconto ofertado pelo contratado, conforme em atendimento ao art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e ao art. 14 do Decreto n. 7.983/2013.

**9.4.** No caso de alterações contratuais, conforme art. 13, inciso II do Decreto 7.983/2013, em virtude de falhas, erros ou omissões nos orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares do projeto, que importem em acréscimo de valores, estes deverão manter a proporcionalidade da diferença entre o valor global estimado pela administração e o valor global contratado e não poderão ultrapassar, no seu conjunto, 10% (dez por cento) do valor total do contrato, nem o limite previsto no §1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

## **CLÁUSULA DÉCIMA - DA MEDIÇÃO**

**10.1.** O Cronograma Físico Financeiro deverá ser apresentado em 9 (nove) períodos de 01 (um) mês cada, totalizando 270 (duzentos e setenta) dias de obra.

**10.2.** O cronograma deverá representar o integral planejamento do empreendimento, inclusive das suas etapas/serviços, de modo a permitir o fiel acompanhamento dos prazos avençados.

**10.3.** A CONTRATADA deverá manter as entregas de cada etapa da obra, estabelecidas no CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, sujeitando a CONTRATADA a penalidades a título de multa, incidente no percentual não realizado de cada etapa da obra.

**10.4.** O cronograma físico-financeiro apresentado pela empresa tem caráter estimativo, haja vista as peculiaridades técnicas que decorrem durante a execução de uma obra, a não execução de etapas na exata data prevista pelo cronograma será objeto de apreciação, análise e manifestação da Fiscalização, que apresentará ao TRE/MS as conclusões relativas a possíveis providências a serem adotadas, considerado sempre o ritmo razoável de execução e a data prevista para a conclusão final dos serviços.

**10.5.** As medições serão realizadas pela Fiscalização, que elaborará a planilha com as quantidades executadas (no período e acumulada) de cada item.

**10.5.1.** A Fiscalização somente irá considerar na medição os materiais e equipamentos empregados na obra.

**10.5.1.1.** Em hipótese alguma serão considerados como execução de serviço os materiais ou equipamentos entregues na obra, porém não empregados ou instalados.

**10.6.** Poderá ser realizada mais de uma medição mensal, caso o andamento dos serviços a justifique.

**10.7.** A medição da Administração Local da obra será aferida proporcionalmente aos serviços executados no período, sendo vedado em qualquer momento que a porcentagem da medição acumulada da Administração seja maior do que os serviços executados (em porcentagem).

**10.8.** Caso seja verificado pela Fiscalização que os itens relativos à Administração Local (Engenheiro/Arquiteto e Encarregado) não estejam sendo executados satisfatoriamente, seja por incapacidade técnica dos funcionários, pelo não cumprimento da carga horária estipulada ou por sua ausência, a Fiscalização notificará a contratada pelo descumprimento de cláusulas contratuais, resultando em abertura de procedimento administrativo específico para apuração de penalidade.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO PAGAMENTO**

**11.1.** O pagamento será feito em favor da Contratada em 9 (nove) parcelas, sendo a primeira medição realizada após 30 (trinta) dias do início da construção.

**11.2.** O pagamento será efetuado, mediante depósito efetuado em Conta Corrente informada na proposta, em nome da contratada, no prazo de 07 (sete) dias úteis, contados do recebimento da Nota Fiscal, desde que atendidas todas as condições de serviço previstas para a respectiva medição, e que a documentação fiscal esteja válida e com prazo de vigência suficiente para prazo de pagamento.

**11.3.** A nota fiscal deverá discriminar preços de serviços e de materiais.

**11.4.** Para o pagamento da Nota Fiscal a contratada deverá apresentar:

- a) Via da Anotação da Responsabilidade Técnica (ART) de execução, recolhida pela construtora (a contratada deverá providenciar esse documento antes do início dos serviços);
- b) Comprovante da matrícula da obra junto ao INSS (CEI), no caso da primeira medição;
- c) Cópia da Guia de Recolhimento da Previdência Social do mês anterior;
- d) Cópia da Guia de recolhimento do FGTS do mês anterior;
- e) Cópia da Guia de Recolhimento ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social (GFIP);

**f) CERTIDÃO DE DÉBITOS RELATIVOS A CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**, devidamente válida, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (Ministério da Fazenda), na qual no corpo dessa Certidão, deve constar a seguinte redação: "abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991.", que se referem aos débitos previdenciários (INSS);

**g) CERTIDÃO DE REGULARIDADE DO FGTS (CRF)**, devidamente válida, emitida pela Caixa Econômica Federal, que comprove inexistência de débito perante o FGTS;

**h) CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS (CNDT)** devidamente válida, emitida pela Justiça do Trabalho nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho.

**i) DECLARAÇÃO DE OPÇÃO PELO SIMPLES**, caso a empresa seja optante.

**j) Comprovante de prestação da(s) garantia(s)/SEGUROS**, na forma da Cláusula Quinta.

**11.5.** O pagamento da última medição será de no mínimo 3% do valor total da contratação ficando condicionado à entrega, por parte da empresa contratada, da seguinte documentação:

- a) Certidão Negativa de Débito da CEI obra;
- b) Termos de Recebimento Provisório e Definitivo;
- c) Comprovação das ligações definitivas de energia, água e telefone;
- d) Certificado de Vistoria do Corpo de Bombeiros;
- e) Habite-se, emitido pela Prefeitura Municipal;
- f) dos comprovantes enumerados no item 11.4.

**11.6.** Somente poderá ser efetivado pagamento mediante a apresentação dos documentos solicitados no item 11.4, sob pena de não se iniciar o prazo para pagamento.

**11.6.1.** Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente obrigação, sem que isso gere direito a reajustamento de preços ou correção monetária.

**11.7.** O prazo de pagamento interrompe-se sempre que uma documentação estiver irregular, vencida ou ausente, devendo o fiscal de contrato ser comunicado pela Unidade Responsável pelo pagamento, para imediatamente oficializar à contratada, por meio escrito, formal e com atesto de recebimento, juntado aos autos para comprovar a interrupção do pagamento.

**11.7.1.** Caso a empresa seja **OPTANTE PELO SIMPLES** e não apresente a **DECLARAÇÃO DE OPÇÃO**, será **RETIDA NA FONTE** a alíquota dos impostos definidos pela Lei 9.430/96 (Imposto de Renda, Contribuição Social Sobre Lucro Líquido-CSLL, Cofins e Pis/PASEP; Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN e Contribuição à Previdência Social); não se responsabilizando o Tribunal por impostos retidos em função da omissão ou falta de comprovação da empresa.

**11.8.** A nota fiscal/fatura deverá destacar todos os tributos que serão retidos na forma estabelecida pelas Resoluções da Secretaria da Receita Federal, devendo a contratada, antes da emissão da nota, entrar em contato com a Coordenadoria de Finanças e Contabilidade do TRE/MS (telefone: 2107-7000), solicitando orientações sobre o preenchimento da nota.

**11.9.** Para fins de atendimento da IN/RBF 1.234, de 11/01/2012, a empresa deverá informar no documento fiscal os valores detalhados das contribuições federais a serem retidos na operação, caso a empresa não seja optante pelo SIMPLES.

**11.10.** Em caso de atraso no pagamento por parte do Tribunal, os valores a serem pagos serão atualizados até a data do efetivo pagamento, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

i = taxa percentual anual do valor de 6%,

$$I = i / 365 \rightarrow I = (6/100) / 365.$$

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**12.1.** Atendendo o disposto no art. 67 da Lei 8666/93, a área técnica ora representada pela Coordenadoria de Engenharia, indicará representantes da Administração, que serão responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da obra e da administração da execução do Contrato, conforme Capítulo VIII do Projeto Básico, a ser ratificado pela Direção Geral através de Portaria de nomeação.

**12.1.1.** Será permitida a contratação de terceiros para assistir e subsidiar de informações pertinentes à Fiscalização, nos termos do caput do art. 67 da Lei de Licitações.

**12.2.** A fiscalização deverá obedecer às orientações do Capítulo IV do Projeto Básico, e tudo o mais que se relacionar com a execução do serviço contratado junto ao TRE/MS.

**12.3.** A Fiscalização tem autoridade para exercer, em nome do Tribunal Regional Eleitoral de MS, toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização dos serviços.

**12.4.** As relações entre o Tribunal e a empresa contratada, serão mantidas prioritariamente, por intermédio da Fiscalização.

**12.5.** É assegurado à Fiscalização o acesso a todas as partes da obra, bem como acesso ao Diário de Obras para que proceda a inspeção dos materiais e execução dos serviços. A empresa contratada obriga-se a facilitar a fiscalização, fornecendo todos os elementos necessários.

**12.6.** São atribuições da Fiscalização:

a) Seguir as orientações do Projeto Básico, atuando e desempenhando suas atividades com o intuito de fiscalizar o cumprimento das condições pactuadas pela contratada;

b) elaborar e informar à Administração, através de documento formal juntado aos autos, o registro dos prazos contratuais, primeiramente com a indicação da contagem do prazo inicial na forma estabelecida em item 4.1. 'b' deste termo, seguindo com a data decorrente para a finalização dos serviços, bem como o registro de quaisquer atualizações de prazos por conta de dias perdidos em função da aprovação dos serviços pelo Tribunal, ou em decorrência dos dias de chuvas fortes;

b.1) O documento referido no item anterior deverá ser sempre atualizado e juntado aos autos a cada eventualidade de pagamento de parcela de serviço, ou sempre que a Administração solicitar;

- c) anotar em registro próprio ou no Diário de Obras as falhas detectadas, as solicitações formuladas e orientações, e emitirá O.S. (Ordens de Serviços) numeradas e, de preferência em 2 (duas) vias, uma das quais será encaminhada e visada pelo destinatário, só assim produzindo seus efeitos, já as anotações no livro diário de obra produzirão seus efeitos imediatamente;
- d) manter uma planilha com a indicação dos pagamentos já realizados, o saldo contratual e o saldo de empenho, em ordem cronológica, e sempre juntada aos autos no momento de cada pagamento, e também quando a Administração solicitar;
- e) encaminhar as notas fiscais para pagamento com toda a documentação exigida no Projeto Básico e neste contrato;
- f) manter cópia do contrato, e possíveis alterações, sob sua guarda, em arquivo próprio;
- g) manter o controle dos prazos contratuais, informando a Administração sobre quaisquer necessidades de alterações ou prorrogações, em um prazo mínimo de 30 dias de antecedência;
- h) apreciar, analisar e manifestar a não execução pela contratada das etapas na data prevista pelo cronograma físico-financeiro, apresentando ao Tribunal as conclusões relativas a possíveis providências a serem adotadas, considerado sempre o ritmo razoável de execução e a data prevista para a conclusão final dos serviços;
- i) ordenar a suspensão dos trabalhos e serviços sem prejuízos das penalidades a que a empresa contratada ficar sujeita e sem que tenha direito a qualquer indenização, no caso de não serem atendidas as suas determinações quanto à regular execução dos serviços.
- j) adotar todas as providências necessárias à perfeita execução dos serviços, informando a Administração sobre a necessidade de providências que extrapolem as suas competências;
- k) submeter à Administração do TRE/MS (Secretaria de Administração e Finanças), para as devidas providências, as questões que envolvam descumprimento de cláusulas contratuais, sobretudo, as que possam comprometer o cumprimento do prazo de execução dos serviços.

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO RECEBIMENTO DA OBRA

**13.1.** Findo o objeto deste Contrato, o serviço será recebido:

- a) PROVISORIAMENTE** pela Fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, em até 10 (dez) dias da comunicação escrita da empresa contratada;
  - a.1) Para o Recebimento Provisório deverão estar saneadas todas as pendências relacionadas à execução dos serviços.
- b) DEFINITIVAMENTE** por servidor ou Comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, até 90 (noventa) dias após o recebimento provisório e vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observados o disposto no artigo 69 da Lei 8.666/93 e modificações da lei 9.648/98, conforme estabelecido no Capítulo XVII do Projeto Básico.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

**14.1.** Requisitar a prestação dos serviços previstos no Projeto Básico e neste Contrato e exigir da contratada o fiel cumprimento dos deveres e obrigações mencionados no Projeto e neste Termo de Contrato.

**14.2.** Fornecer à Contratada todas as informações solicitadas necessárias para o perfeito desenvolvimento das atividades descritas neste Projeto Básico.

**14.3.** Promover, através da Fiscalização, o acompanhamento e a fiscalização da execução dos serviços, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da contratada.

**14.4.** Fiscalizar a manutenção das condições habilitatórias por parte da contratada.

**14.5.** Efetuar o pagamento à contratada de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos neste Contrato.

**14.6.** Assegurar os recursos necessários ao desenvolvimento normal dos trabalhos, segundo as disposições do Cronograma Físico-Financeiro e programação orçamentária do TRE/MS.

**14.7.** Aplicar penalidades descritas neste Contrato em caso de inexecução das obrigações expostas no Projeto Básico e neste Termo de Contrato.

**14.8.** Solicitar a documentação fiscal ou trabalhista, ou qualquer outra relacionada à prestação do serviço, na periodicidade determinada pela Administração, que poderá ser mensal.

**14.9.** Receber a obra na forma estabelecida no Capítulo XVII do Projeto Básico.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA– DOS DEVERES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**15.1.** Cumprir fielmente e com o devido zelo, responsabilidade, e eficiência os serviços que assumiu, obedecendo a todas as disposições do Projeto Básico, bem como as solicitações e determinações da Fiscalização.

**15.2.** Recolher as ART's, pagar os impostos e taxas cobrados pelos órgãos de controle (Prefeitura, Bombeiros, etc.), inerentes aos serviços e construção da obra na forma estabelecida no Projeto Básico.

**15.3.** O responsável técnico pelo serviço descrito neste Projeto Básico deverá gerenciar toda a parte técnica, primando sempre pela correta execução, devendo orientar, corrigir e autorizar as atividades, respeitando sempre as normas vigentes, admitindo-se sua substituição por profissional de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Fiscalização.

**15.4.** Fazer-se representar perante a Fiscalização exclusivamente por responsável técnico, devidamente habilitado, na área da construção civil, devendo todos os assuntos inerentes à obra (medições, detalhes de projetos, etc.) serem realizados e discutidos com a fiscalização através de técnico indicado pela Contratada.

**15.5.** Toda e qualquer solicitação/informação da Contratada ao Contratante, só produzirá seus efeitos legais quando assinada pelo responsável técnico, devidamente habilitado.

**15.6.** Em hipótese alguma será admitida a substituição do responsável técnico, devidamente habilitado, por pessoa leiga, ainda que seja o proprietário da empresa, devendo, no caso de sua saída, substituí-lo por outro que contenha os pré-requisitos exigidos no projeto básico.

**15.7.** Manter na obra responsável técnico, que assuma, perante a Fiscalização, a responsabilidade técnica por todos os serviços até o seu recebimento definitivo e que detenha poderes suficientes para deliberar sobre qualquer questão referente à obra.

**15.8.** Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela Fiscalização ou pelo Tribunal seja quanto à execução dos serviços, seja quanto à parte burocrática.

**15.9.** Observar todas as disposições contidas no Projeto Básico e seus Anexos, nas condições da licitação, neste Contrato, bem como as normas Técnicas da ABNT, de forma que o resultado final seja a perfeita execução dos serviços, que ficarão sob sua inteira e exclusiva responsabilidade.

**15.10.** Fornecer todas as informações solicitadas pelo Contratante e pela Fiscalização, necessárias à execução dos serviços contratados.

**15.11.** Comunicar à Fiscalização qualquer substituição que porventura venha ocorrer em sua equipe técnica, devendo o novo responsável técnico, devidamente habilitado, contratado ter os pré-requisitos solicitados quando da licitação.

**15.12.** Providenciar, por conta própria, toda a sinalização necessária à execução da obra, em conformidade com as Normas Regulamentares do Ministério do Trabalho, no sentido de evitar qualquer tipo de acidente e cumprir as disposições nelas previstas acerca de medicina, Higiene e Segurança do Trabalho, responsabilizando-se perante o contratante e a terceiros por danos causados.

**15.13.** Serão de exclusiva responsabilidade da Contratada as despesas decorrentes do deslocamento de seu pessoal (responsável técnico, mestre de obras, operários, etc.) incumbido da execução da obra.

**15.14.** Encarregar-se das despesas com mão-de-obra, inclusive as obrigações previstas na Legislação fiscal, social e trabalhista, vez que seus empregados não manterão vínculo com o Contratante, apresentando, quando exigida, cópia dos documentos de quitação, de natureza tributária ou trabalhista.

**15.15.** A inadimplência da contratada, com referência aos encargos decorrentes da execução dos serviços não transfere ao Tribunal a responsabilidade por seus pagamentos, nem poderá onerar o objeto contratado.

**15.16.** Contratar e manter no canteiro de obra, trabalhando, operários de diversas especialidades e número suficiente que garanta o ritmo ideal da obra, de forma que todas as etapas sejam cumpridas dentro do prazo, e, por conseguinte, a obra termine no prazo.

**15.17.** Cumprir todas as exigências das leis e normas de segurança e higiene do trabalho, fornecendo os equipamentos de proteção individual a todos os operários, mestres, especialistas, engenheiros e outros, tais como: botina, capacete, luvas, óculos, protetor auricular, cinto de segurança, capas de chuva e demais equipamentos necessários à execução dos serviços, sendo a contratada responsável por qualquer acidente ocorrido durante a execução da obra.

- 15.18.** Responsabilizar-se pelo dano que causar ao Tribunal ou a terceiros, por culpa ou dolo, não servindo como excludente ou redutor dessa responsabilidade o fato de existir a Fiscalização.
- 15.19.** Providenciar e manter no local da obra, com fácil acesso à Fiscalização, o Livro Diário de Obras, com capa resistente, páginas numeradas e rubricadas pela Fiscalização, onde serão anotadas as ocorrências, conclusão de eventos, atividades em execução formal, solicitações e informações diversas, enfim, tudo o que, a critério das partes, deva ser objeto de registro.
- 15.20.** Fornecer mensalmente (junto com a medição) os documentos enumerados no item 11.4 da Cláusula Terceira deste Contrato.
- 15.21.** Sempre que a contratada empregar materiais similares aos indicados em planilha de preços, deverá, primeiramente, solicitar a autorização da Fiscalização, na forma estabelecida no Capítulo X do Projeto Básico, que deverá anuir com essa utilização.
- 15.22.** Retirar imediatamente após receber a Ordem de Serviço ou anotação do livro Diário de Obra, todo o material rejeitado pela Fiscalização e corrigir, reconstruir, substituir ou desmanchar e refazer, às suas expensas, os serviços da obra não aceitos e/ou serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais utilizados.
- 15.23.** Providenciar às suas custas, a realização de ensaios, verificações e provas de materiais fornecidos e serviços executados, bem como os reparos que se tornarem necessários para que os trabalhos sejam entregues em perfeitas condições.
- 15.24.** Providenciar às suas expensas, a aprovação pelos poderes competentes e Companhias Concessionárias de serviços públicos, quando for o caso, de todos os componentes do projeto, sendo que a cada exigência que implique em modificações do projeto, deve ser obtida autorização por escrito da Fiscalização.
- 15.25.** É vedado à Contratada interromper unilateralmente os serviços sob alegação de inadimplemento por parte da contratante se o prazo de atraso do pagamento for inferior a 90 dias.
- 15.26.** Se solicitado pela Fiscalização, fornecer planilha de programação das compras dos materiais para a obra (obedecer ao andamento dos serviços previsto no cronograma físico-financeiro).
- 15.27.** Remover o entulho e todos os materiais que sobram, promovendo a limpeza da obra periodicamente.
- 15.28.** Fornecer, na entrega da obra, todos os projetos atualizados com todas as alterações porventura efetuadas durante a sua execução, e os documentos de garantia.
- 15.29.** Responsabilizar-se por todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução deste contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência.



**15.30.** Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, foram vítimas os seus empregados durante a execução deste contrato, ainda que acontecido em dependência da CONTRATANTE.

**15.31.** Manter-se, durante o período de vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**15.32.** Prestar garantia em favor do Tribunal Regional Eleitoral/MS, no montante correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total deste contrato, na forma e condição, bem como realizar os seguros, conforme especificação da Cláusula Quinta e Sexta deste Contrato.

**15.33.** Aceitar os acréscimos de até 25 % (vinte e cinco por cento) ou supressões que se fizerem necessários, nos termos do § 1º do artigo 65 da Lei 8.666/93.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

**16.1.** São de responsabilidade da Contratada, em decorrência deste Contrato:

- a) Quaisquer acidentes na execução da obra e do serviço, inclusive quanto à rede de serviços públicos, o uso indevido de marcas e patentes; e ainda, os fatos que resultem na destruição ou danificação da obra, inclusive aquelas que, na hipótese de mora, decorram de fato fortuitos ou de força maior, estendendo-se essa responsabilidade até a assinatura do “Termo de Recebimento Definitivo da Obra”.
- b) A estabilidade da obra e o perfeito e eficiente funcionamento de todas as suas instalações, responsabilidade esta que, na forma da Lei, subsistirá mesmo após a aceitação provisória ou definitiva da obra.
- c) A qualidade e a quantidade dos materiais empregados, assim como o processo de sua utilização, cabendo-lhe, inclusive, a execução das obras e dos serviços que, não aceitos pela Fiscalização, devam ser refeitos.
- d) O pagamento de impostos, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer despesas referentes à obra, inclusive licença em repartições públicas, registros, publicações e autenticações deste Contrato e dos Documentos que o integram, se necessário.
- e) A matrícula individual da obra no INSS bem como outros documentos necessários a execução dos serviços, devendo apresentar ao Contratante o documento comprobatório nos prazos estabelecidos no Projeto Básico e neste Contrato, ou, quando solicitados pela Fiscalização, no prazo de 10 dias.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS PENALIDADES**

**17.1.** Em caso de descumprimento de cláusulas deste Contrato e do Projeto Básico (Anexo I), a contratada será imediatamente notificada, preferencialmente por meio eletrônico, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, para apresentar Defesa Prévia, contendo justificativa e documentação probatória, se houver, sob pena da aplicação das sanções cabíveis, garantido o contraditório e a ampla defesa.

**17.1.1.** A CONTRATADA deverá confirmar expressamente o recebimento da notificação, considerando-se totalmente ciente do teor da comunicação após o prazo de 1 (um) dia útil da data de envio da correspondência eletrônica.

**17.2.** Será também aplicada **ADVERTÊNCIA** nos casos indicados neste contrato, e nos casos de incorreções de menor gravidade, assim analisados pelo TRE/MS, tais como:

- a) sempre que for verificada alguma falha de pequeno porte, assim entendida pela fiscalização do contrato, e não disciplinada de forma diversa neste termo contratual;
- b) quando a contratada deixar de preencher diariamente o livro de Diário de Obras conforme estabelece o item 4 do Capítulo IX do Projeto Básico.
- c) Quando houver descumprimento de execução de percentual acumulado menor que o previsto para aquele período no cronograma físico financeiro apresentado e aprovado pela fiscalização.

**17.3** Será aplicada **MULTA**, da seguinte forma:

- a) de 0,01% sobre o valor total do contrato, após a segunda ocorrência de advertência da mesma natureza;
- b) de 0,1% sobre o valor total do contrato, por dia de atraso, pelo **atraso injustificado do início dos serviços**, até o limite máximo de 15 dias consecutivos. Após o décimo quinto dia, a multa diária passará a 0,5% e a Administração motivadamente poderá a qualquer momento entender caracterizada a inexecução total do contrato, passível de rescisão;
- c) no caso de **atraso injustificado durante a execução da obra, caracterizado em qualquer medição mensal pela execução de percentual entre 70% (setenta por cento) e 50% (cinquenta por cento) do total acumulado previsto para aquele período, estipulado no cronograma físico financeiro apresentado pela contratada**, assim declarado pela Fiscalização, será aplicada multa conforme a seguinte fórmula:

$$\text{Multa} = 1\% \times \text{VTC} \times (1 - \text{VMA}/\text{VPCA}),$$

onde

VTC= Valor Total do Contrato

VMA=valor medido acumulado até o momento da apuração e

VPCA= valor total previsto no cronograma físico financeiro para a execução até o momento da apuração.

- d) de 0,5% sobre o valor total do contrato, **nos casos de inexecução parcial, quando, injustificadamente, a CONTRATADA executar, a qualquer tempo, percentual inferior a 50% (cinquenta por cento) do total acumulado previsto para aquele período, estipulado no cronograma físico financeiro apresentado pela contratada;**
- e) de 0,15% sobre o valor total do contrato, por dia de **paralisação injustificada e não autorizada pela fiscalização da obra**, até o limite máximo de 15 dias consecutivos. Após o décimo quinto dia, a multa diária passará a 0,2% e a Administração motivadamente poderá a qualquer momento entender caracterizada a inexecução total do contrato, passível de rescisão.
- f) de 0,25%, por dia de atraso, sobre o valor total do contrato, pelo **atraso injustificado na entrega final da obra**, até o limite de 30 dias corridos. Após o trigésimo dia a multa diária passará a 0,02% e Administração motivadamente poderá, a qualquer momento, entender caracterizada a inexecução total do contrato, passível de rescisão.

g) de 0,05% sobre o valor total do contrato, por ocorrência, quando **não houver atendimento imediato às Ordens de Serviços ou solicitação registrada no livro Diário de Obras**, procedentes da constatação de defeitos ou incorreções dos serviços prestados.

h) de 0,1% , sobre o valor total do contrato, **em caso de extravio do Livro Diário de Obras, atraso na entrega do Habite-se e/ou da Certidão Negativa de Débito da obra ;**

i) de 0,01% sobre o valor total do contrato, por dia de atraso, no caso de **atraso na entrega da garantia contratual prevista** neste Contrato, até o máximo de 0,3%, que representa 30 dias.

j) de 0,2% sobre o valor total da fatura quando após 20 (vinte) dias da notificação da fiscalização a empresa **injustificavelmente deixar de encaminhar documentação pendente necessária para o pagamento;**

k) de 0,5% sobre o valor total do contrato, caso **não queira receber a Nota de Empenho, ou se negar a assinar o contrato; ou ainda, não assinar termo de alteração que seja considerado obrigatório**, na forma prevista em Lei.

l) de 0,25% sobre o valor total do contrato, referente ao item com problema, por ocorrência, no caso de **desatendimento de demais cláusulas contratuais, do Termo de Referência, ou de ordens da fiscalização;**

m) 20% sobre o valor total do contrato, caso a contratada, por **sucessivas falhas**, leve o TRE/MS à rescisão do contrato, ou por **deixar de cumprir definitivamente com obrigação** constante neste contrato, sendo cumulada com as demais multas aplicadas anteriormente.

**17.3.1** Na aplicação das multas acima serão consideradas a natureza e gravidade da infração cometida, os danos que provierem para o serviço público, podendo a Administração motivadamente, com vistas a atender os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, agravar ou atenuar as multas em **2/3, ½ ou 1/3**.

**17.3.2.** O valor da multa poderá ser descontado dos valores devidos à CONTRATADA.

**17.3.3.** Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a diferença devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.

**17.3.4.** Se não houver recolhimento, o valor será descontado da garantia contratual.

**17.3.5.** Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

**17.3.6.** Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da solicitação do CONTRATANTE.

**17.4.** Será aplicada **SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL**, por prazo não superior a 2 (dois) anos, sem prejuízo da multa:

**17.4.1** Se a Contratada, por atrasos sucessivos e não justificados, levar o Tribunal a rescindir o Contrato.

**17.4.2** Se a Contratada deixar de cumprir definitivamente obrigação prevista neste contrato ou Projeto Básico.

**17.5.** Será aplicada a penalidade de **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**, na forma da lei, para os casos de inexecução total ou parcial do contrato que venham a onerar a execução da avença para o TRE/MS, avaliado o dano gerado em cada ocorrência, considerando-se a peculiaridade do fato concretamente sobrevindo.

**17.5.1** A Declaração de Inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública perdurará até que a Contratada venha a ressarcir o TRE-MS pelos prejuízos eventualmente causados.

**17.6.** Da aplicação das sanções de multa e suspensão caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação, encaminhado à Diretoria Geral deste Tribunal.

**17.7.** No caso de Declaração de Inidoneidade caberá pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da intimação do ato.

**17.8.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA RESCISÃO CONTRATUAL**

**18.1.** A inexecução total ou parcial do presente Contrato acarretará à Contratada, sem prejuízo das penalidades legais e as previstas neste contrato, a rescisão contratual.

**18.2.** Constituem, ainda, motivos para a rescisão do contrato os enumerados no art. 78 da Lei n. 8.666/93, especialmente nos seguintes casos:

- I) Atraso injustificado no início da execução dos serviços pela contratada, por mais de quinze dias consecutivos do término do prazo para início da obra, a juízo da Administração;
- II) O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- III) Cumprimento irregular de Cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos, avaliados pela Administração.
- IV) A lentidão no cumprimento de Cláusulas Contratuais, levando o Contratante a comprovar a impossibilidade da conclusão do serviço nos prazos estipulados;
- V) Caso se evidencie a incapacidade técnica ou a inidoneidade da Contratada;
- VI) Caso a Contratada, sem prévia autorização da Contratante, subcontratar o presente contrato no todo ou em parte e/ou descumprir as demais condições estabelecidas na Cláusula Nona;
- VII) Paralisação dos serviços, sem justa causa e prévia comunicação ao Contratante;
- VIII) Caso a contratada deixe de cumprir qualquer cláusula, condições ou obrigações previstas neste contrato ou dele decorrente, e/ou reincidir em falta cometida e punida anteriormente com multa, ou outra cominação;
- IX) A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da Contratada com outrem, a Cessão ou Transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem autorização prévia da administração.

**18.3.** A rescisão assegurará à Contratada o direito de receber o preço dos serviços executados, até a data em que a mesma for efetivada, e demais direitos de que trata a Lei 8.666/93.

**18.4.** A rescisão deste contrato, quando a causa for imputável à contratada, acarretará, sem prejuízo da exigibilidade de débitos anteriores da contratada, as seguintes consequências:

- a) As disposições do artigo 80 da Lei 8.666/93;
- b) Multa indenizatória equivalente a 10% do valor contratado.
- c) Desocupação do local da construção, e retirada das ferramentas e de pessoal da Contratada, no prazo máximo de 10 dias contados da data da “Ordem de Serviço de Desocupação”, na hipótese da contratante não exercer a faculdade prevista no inciso II do artigo 80 da Lei 8.666/93.

## **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS FUNDAMENTOS E DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**19.1.** Este contrato rege-se pelas convenções aqui estabelecidas, pelas disposições contidas na Lei 8.666/93, com todas as suas alterações posteriores, bem como pela proposta do Contratado, que integra este instrumento, independentemente de transcrição, e no que não conflitar com o mesmo.

**19.2.** Aplica-se ao presente contrato, assim como aos casos omissos, a Lei n. 8.666/93 e suas alterações, bem como a legislação vigente, própria e/ou específica ao objeto deste contrato.

**19.3.** De acordo com Resolução do Conselho Nacional de Justiça é vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargo de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal contratante.

**19.4.** Em vista da implementação de sistema informatizado de procedimentos administrativos neste TRE/MS, denominado SEI - Sistema Eletrônico de Informações, a contratada deverá efetuar o cadastro no referido sistema para acesso as informações acerca do contrato e para assinatura eletrônica de documentos que serão necessárias à formalização da contratação;

**19.5.** Considerando a previsão de encaminhamento de mensagens eletrônicas através do SEI – Sistema Eletrônico de Informações, a contratada deverá informar pelo menos 1 (uma) conta de e-mail válida, ficando a contratada obrigada a acessar diariamente o e-mail, acusando expressamente o recebimento da mensagem, no prazo máximo de 1 (um) dia útil da data da comunicação expedida. Caso não haja recebimento expresso, o teor da mensagem será considerado lido após o decurso do prazo descrito.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA- DO FORO**

**20.1.** Fica eleito o foro da Justiça Federal, em Campo Grande-MS, para dirimir as questões oriundas do presente Contrato, renunciando, as partes, a qualquer outro por mais especial que seja.

E assim, por terem convencionado, aceito e declarado, as partes assinam este termo, para os devidos efeitos legais.

Campo Grande, xxx de xxxxx de 2019.

**Hardy Waldschmidt**  
Diretor-Geral do TRE/MS

xxxxxxxxxx  
Representante legal da empresa  
xxxxxxxxxxxxxxxxxx



Documento assinado eletronicamente por **RENATA CLOTILDE ZANDA BODSTEIN**, **Chefe de Seção**, em 27/02/2019, às 17:30, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [http://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0620621** e o código CRC **25E9C6FD**.

0000077-62.2019.6.12.8000

0620621v2